A FORMAÇÃO E A PRÁTICA DOCENTE

VANESSA DE GODOY BRETAS

RESUMO

O presente artigo propõe uma reflexão sobre a formação e a prática docente. Procurou-se abordar, neste estudo, ponderações sobre a formação do professor, bem como, o papel do professor e as práticas educativas. Levando em consideração a democratização do acesso à educação. Este estudo justifica-se pela importância da formação docente para uma atuação significativa na prática. A metodologia utilizada para este trabalho foi a pesquisa bibliográfica de especialistas nesta área, seminários, artigos e dissertações que tratam da formação docente permanente e continuada como imprescindíveis para o desenvolvimento de um trabalho pedagógico de qualidade. Este artigo possibilitou reflexões acerca da formação e da prática docente considerando os objetivos educacionais gerais, propostos para todos os alunos da escola e prevendo possibilidades de realização de adaptações curriculares em diferentes níveis, como forma de garantir o acesso pleno ao conhecimento.

Palavras chave: Formação. Prática Docente. Conhecimento.

ABSTRACT:

This article proposes a reflection on teacher training and practice. In this study, we sought to address considerations about teacher education, as well as the role of the teacher and educational practices. Taking into account the democratization of access to education. This study is justified by the importance of teacher training for a significant role in practice. The methodology used for this work was the bibliographical research of specialists in this area, seminars, articles and dissertations that deal with permanent and continued teacher education as essential for the development of quality pedagogical work. This article enabled reflections on teacher education and practice considering the general educational objectives proposed for all students at the school and foreseeing possibilities for carrying out curricular adaptations at different levels, as a way to guarantee full access to knowledge.

Keywords: Formation. Teaching Practice. Knowledge

INTRODUÇÃO

Muitas inquietações em relação a formação e a prática docente estão presentes neste artigo, dessa maneira, as contribuições dos autores oferecerão conteúdos para entendermos quais os caminhos que o professor com sua formação deverá percorrer para respeitar a singularidade na sala de aula e, o mais importante, como saber escutar o educando, para reconstruir saberes e práticas de resultado.

Vale ressaltar, que a formação contínua do professor possibilita sua representação como um sujeito preocupado com a questão social, levando em consideração as experiências do aluno, da família e da comunidade, ou seja, o professor deste século deve ter um papel de mediador em contato com os alunos e com suas comunidades e com o conhecimento num processo crítico e participativo, com base nas necessidades e nos impasses da vida cotidiana.

O presente trabalho possibilita a reflexão referente a alguns aspectos relacionados à formação do professor e a prática docente tendo como foco o seu papel na sociedade e no contexto atual a questão do olhar sobre a diversidade.

A pesquisa está fundamentada nas contribuições Gatti (2009 e 2010) que ressalta as mudanças ocorridas na educação e a importância de uma reflexão sobre a formação do professor.

Dialogamos também com Telma Weisz (2009), que aborda a prática construtivista com a preocupação nas mudanças ocorridas no processo de ensino e aprendizagem.

A sala de aula é o encontro para transformação e as trocas de conhecimentos, portanto, é necessário que o professor tenha consciência que a teoria fundamenta a prática, a fim de alcançar o sucesso no ensino aprendizagem.

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR

Na história da educação brasileira, a formação do professor foi organizada de formas distintas. Desde a última metade do século XX, a formação predominante era feita em nível médio, como modalidade normal para o ensino na educação básica.

Em 1835, foi implantada a primeira escola no Brasil que passou a ministrar o Curso Normal para a formação de docentes, em Niterói, Rio de Janeiro. Nessa época poucas pessoas tinham acesso à educação e os professores trabalhavam com um número reduzido de alunos.

A democratização do acesso à educação só ocorreu no século XX, devido à Revolução Industrial, necessitava-se de mão de obra preparada para operar as máquinas. O número de escolas e professores aumentou, para atender a crescente demanda de alunos.

Regulamentado em 1939, o curso de Pedagogia formava professores, concedendo-lhes o título de Bacharéis Especializados em Educação, com extensão e portaria ministerial para lecionar algumas disciplinas específicas do ensino secundário, permitindo que trabalhassem em escolas normais.

Pela Lei nº 5.692, de 1971, que reformou a educação básica no Brasil, as escolas normais são extintas e a formação que elas proviam passa a ser feita em uma Habilitação do ensino de segundo grau chamada Magistério. Com essa mudança, a formação perde algumas de suas especificidades, dado que, sendo uma habilitação entre outras, deveria ajustar-se em grande parte ao currículo geral do ensino de segundo grau (hoje, ensino médio). (GATTI, 2009, p. 38).

O curso do magistério surge, então, com o objetivo de formar o docente visando a sua profissionalização, sendo ministrado em qualquer estabelecimento de ensino, sem qualidade e desarticulado com a política educacional.

Por indução do governo federal a partir de 1982, tomavam corpo em alguns estados do país, e por estes financiados, os Centros Específicos de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (Cefams), criados em busca de garantir uma melhoria na formação de docentes para os anos iniciais de escolarização, em vista dos problemas detectados com a formação desses professores na Habilitação Magistério. Com formação em tempo integral, com três anos de curso, currículo voltado à formação geral e à pedagógica desses docentes, com ênfase nas práticas de ensino, os Cefams foram se expandindo em número e, pelas avaliações realizadas, conseguindo alto grau de qualidade na formação. (GATTI, 2009, p. 39).

Com o desenvolvimento da sociedade, o avanço tecnológico, e as mudanças ocorridas na nova Lei das Diretrizes de Base da Educação (LDB nº 9394, de 20 de dezembro de 1996), foram estabelecidas muitas exigências que mudaram a postura e a vida profissional do professor, sobretudo o professor das séries iniciais do ensino fundamental. Os Cefams foram fechados quando a LDB passou a vigorar e a partir de então, a formação do professor começou a ser exigida em nível superior.

Segundo GATTI (2009):

A LDB de 1996 estipula a exigência de nível superior para os professores da educação básica. Os artigos 62 e 63 dispõem: Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. Art. 63 – Os Institutos Superiores de Educação manterão: I. Cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental; II. Programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica; III. Programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis. (GATTI, 2009, p. 44).

A sociedade atual procura a figura de um profissional que se forme em um sujeito preocupado com a questão social, levando em consideração as experiências do aluno, da família e da comunidade, ou seja, o professor deste século deve ter um papel de mediador em contato com os alunos e com suas comunidades e com o conhecimento num processo crítico e participativo, com base nas necessidades e nos impasses da vida cotidiana.

Sobre as exigências referentes ao curso de Pedagogia, GATTI (2009) nos explica que, de acordo com a LDB:

O licenciado em Pedagogia deverá ainda estar apto no que é especificado em mais 16 incisos do artigo 5º dessa resolução, e cumprir (inciso IV do art. 8º): IV. Estágio curricular a ser realizado, ao longo do curso, de modo a assegurar aos graduandos experiência de exercício profissional, em ambientes escolares e nãoescolares que ampliem e fortaleçam atitudes éticas, conhecimentos e competências: a) na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, prioritariamente; b) nas disciplinas pedagógicas dos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal; c) na Educação Profissional na área de serviços e de apoio escolar; d) na Educação de Jovens e Adultos; e) na participação em atividades da gestão de processos educativos, no planejamento, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação de atividades e projetos educativos; f) em

reuniões de formação pedagógica. (GATTI, 2009, p. 50).

O Parecer nº 21, de 2001, do Conselho Nacional de Educação, define o Estágio Curricular como um:

Um tempo de aprendizagem que, através de um período de permanência, alguém se demora em algum lugar ou ofício para aprender a prática do mesmo e depois poder exercer uma profissão ou ofício. Assim o estágio supõe uma relação pedagógica entre alguém que já é um profissional reconhecido em um ambiente institucional de trabalho e um aluno estagiário [...] é o momento de efetivar um processo de ensino/aprendizagem que, tornar-se-á concreto e autônomo quando da profissionalização deste estagiário. (GATTI, 2009, p. 3).

Vemos que teoricamente o estágio é de fundamental importância para o processo de ensinoaprendizagem e para o desenvolvimento da competência docente. Só a formação oferecida em sala de aula não é suficiente, é a prática nos estágios que deveria preparar os alunos para o pleno exercício da profissão.

É muito importante a participação no cotidiano escolar que só o estágio proporcionará. Por outro lado, na realidade, observamos que, apesar de permitir o contado com o ambiente escolar, o estágio não prepara o professor e não garante a vivência do graduando como deveria ser. Há pouco tempo para o desenvolvimento das atividades propostas pelo estágio, tudo é feito com correria, às escolas nem sempre estão abertas para receber os estudantes.

Nessa conjuntura, a formação, o contato direto com a experiência, que deveria ser propiciado pela prática do estágio, dá-se de forma efetiva apenas quando o docente começa a atuar na profissão; e esse processo de amadurecimento, muitas vezes é doloroso. Hoje se fala em residência docente; assim como os médicos, os professores deveriam passar um período atuando, a fim de ganhar maior experiência na prática. Notamos que o estágio não é tão levado a sério da maneira como deveria ser.

Sobre a questão do estágio curricular, Gatti (2000) ressalta que:

Os estágios apresentam-se como pontos críticos. Sua programação e seu controle são precários, sendo a simples observação de aula a atividade mais sistemática. A participação em atividades de ensino depende das circunstâncias e da disponibilidade do professor de sala. Não há, de modo geral, um acompanhamento, de perto, das atividades de estágio por um supervisor na maioria das escolas. (p. 43).

Olhando para nossa realidade, percebemos que a grade curricular das Universidades ainda tem muito que mudar, porque se apresenta de forma tradicional e pouco objetiva para a sociedade atual, conforme a lei solicita.

O PAPEL DO PROFESSOR E AS PRÁTICAS EDUCATIVAS

Acreditava-se que, antigamente, quando terminada a graduação, o profissional estaria apto para atuar na sua área sem a necessidade de uma reciclagem. E hoje a realidade é diferente, principalmente para o profissional docente.

Este deve estar consciente de que sua formação permanente e continuada é fundamental para o desenvolvimento de seu trabalho, e é integrada no seu dia-a-dia nas escolas. Conforme MRECH (2003, p.3): "A Pedagogia vive atualmente uma crise. Desacreditada enquanto profissão, desrespeitada como saber, questionada em relação à sua estrutura de funcionamento".

A má formação do professor é um problema que exige mudanças nos cursos oferecidos, é necessário que os professores universitários não se preocupem em apenas formar especialistas, mas formar o educando em sua totalidade, para entender o processo de humanização e de cidadania a fim de alcançarmos a qualidade de ensino.

WEIZ (2009, p. 5) ressalta a importância da formação do professor: "Por isso, a formação docente é hoje compreendida como processo permanente de desenvolvimento profissional: estudos, atualizações, discussões e trocas de experiências".

É importante que o professor formado continue se atualizando, busque sempre aprimorar seus conhecimentos e reveja sua prática constantemente, sem abandonar os congressos, discussões em grupo, os livros relacionados ao seu trabalho, porque se este abandono ocorrer o sentimento de frustração e fracasso com certeza aparecerá.

A Universidade ocupa um papel essencial, mas não o único, para a formação do professor, essa formação não para com a graduação.

Às universidades cabe o papel de oferecer os potenciais físicos, humanos e pedagógicos para a formação acontecer no melhor nível de qualidade.

Conforme GATTI (2000):

A universidade tem posto sistematicamente em segundo plano a formação de professores. Parece que algumas crenças do tipo "quem sabe, sabe ensinar" ou o "professor nasce feito" ainda predominam em nosso meio, embora a realidade esteja a toda hora contrariando essas crenças. (p. 40).

Não basta uma boa graduação, é necessária uma formação contínua, procurando construir saberes, na atuação do processo profissional.

Segundo a descrição da autora "o professor nasce feito", na realidade ninguém nasce feito ou pronto, se constrói a cada etapa da vida, ou seja, estamos sempre aprendendo com o meio em que vivemos.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997):

Um ensino de qualidade, que busca formar cidadãos capazes de interferir criticamente na realidade para transformá-la, deve também contemplar o desenvolvimento de capacidades que possibilitem adaptações às complexas condições e alternativas de trabalho que temos hoje e a lidar com a rapidez na produção e na articulação de novos conhecimentos e informações, que têm sido avassaladores e crescentes. (p. 47).

Muitas mudanças ocorreram na educação e a escola básica, hoje, se apresenta de uma maneira diferente, com o papel de ensinar e educar diante da globalização.

No passado a escola apenas ensinava, a criança era educada em casa e essa educação era passada de pai para filho, o papel da escola era de continuar educando, geralmente a mãe era mais participativa na educação do filho.

Com a Revolução Industrial nos meados do século XVIII e XIX ocorreu a emancipação das mulheres e sua efetiva no mercado de trabalho e com esta transformação ocorreram diversas desestruturações nos laços familiares.

O modelo de família tradicional aos poucos deixou de existir (no qual pai era o chefe da casa) e na sociedade nasce um novo modelo de família no qual podemos observar que a mulher passa a atuar no mercado de trabalho e a dividir as finanças da casa com o marido; essa mulher deixa de ser a dona de casa e passa a sair todos os dias para trabalhar.

Dessa forma, vemos que a família atual transfere a responsabilidade de educar os seus filhos para a escola, que busca profissionais que trabalhem e enxerguem que os sujeitos são inacabados, procurando construir o conhecimento; mas não só isso deve também se preocupar com a formação holística desse sujeito, incluindo a formação moral e social.

Para que isso aconteça é preciso que o professor, acima de tudo, procure aprimorar seu próprio conhecimento, para atender esta nova geração.

A autora WEISZ (2009) ressalta que:

A formação do professor necessita mais do que um curso preparatório, pois a bagagem de conhecimento com que ele sai de um curso de formação inicial será sempre insuficiente para desempenhar sua tarefa em sala de aula. Mesmo que esse curso tenha sido feito em uma escola conceituada, e por que esse professor tenha realizado bons estágios, coisas que sabemos raríssimas. (p. 118).

As instituições formadoras de docentes têm que preparar o professor na teoria e na prática.

O professor precisa ser formado para enfrentar os desafios das mudanças escolares contemporâneas.

Entretanto, o professor universitário, os quais chamaram de "formadores dos formadores", permanece transmitindo apenas conteúdos, de forma tradicionalista.

Dessa maneira, os educandos recém-formados mostram-se cada vez mais despreparados para atuar em sala de aula, enquanto os cursos de formação precisam articular teoria e prática, precisam preparar educadores capazes de atuar de forma crítica no âmbito escolar.

O professor recém-formado tem que ir além da aprendizagem acadêmica para olhar para o processo formativo dos alunos, mediando seus conhecimentos.

As consequências desse processo é que os professores são trabalhados na sua prática para adoção de um modelo a-histórico e linear do processo de aprendizagem e desenvolvimento do aluno e, principalmente, da criança. Um modelo que não possibilita ao professor percebe o aluno concreto em toda a sua especificidade. (MRECH, 2003, p. 6).

A formação do professor deve desenvolver um profissional polivalente, que tenha agilidade nas suas decisões, competência, reflita e repense sobre sua prática,

observando, escutando e construindo o saber com o aluno. Mas infelizmente no curso de formação o aluno não é preparado desta forma, concretiza seu curso com muitas dúvidas, mal se percebendo enquanto profissional, deste modo impossibilitado de enxergar o outro na sua singularidade e totalidade.

MRECH (2003) relata que:

A transmissão pedagógica tradicional baseia-se em um modelo de comunicação simples, que prevê uma leitura direta da linguagem e da fala. A crença é de que os professores transmitem e os alunos aprendem. O professor emite e os alunos recebem o que foi diretamente apresentado pelo professor. (p. 9).

Os professores acham que ensinam sem levar em conta o saber que a criança possui, não olham para os alunos, nem percebem que o seu saber é transmitido através da fala e de seu próprio comportamento que acompanham os paradigmas tradicionais autoritários e disciplinados.

Na sociedade atual este tipo de comportamento requer atenção, porque recebemos informações constantemente e a crianças captam estas informações muito rápidas e neste caso é necessário que haja diálogo e muita observação para se ensinar de maneira construtiva.

Essa concepção autoritária do ensino busca classificar os alunos, através de quantidade de conhecimentos, um princípio hierarquizador, uma relação discriminatória.

Os alunos com o professor autoritário sofrem com a ausência de diálogo, pelo fato de que as decisões fundamentais são tomadas por quem "tem autoridade", algo que jamais pode ser questionado ou discutido.

A prática docente consiste em ação reflexão ação, que deve ocorrer constantemente para que o fracasso não tome conta da vida social e pessoal do professor e do aluno.

A educação tem como objetivo formar cidadãos e o papel do professor é de um mediador, que auxilia e leva os educandos a buscarem sua autonomia e seus direitos na sociedade.

Nesse sentido, é importante que os cursos de formação preparem os docentes para lidar com as diferentes demandas socioculturais presentes nas escolas, planejando e implementando propostas pedagógicas que estejam, desde a sua concepção, comprometidas com a diversificação e flexibilização curricular, a fim de que o convívio entre as diferenças possa ser de fato, um exercício cotidiano, no qual ritmos e estilos de aprendizagem sejam respeitados e a prática da avaliação seja concebida numa perspectiva dialógica.

Isso significa envolver a coparticipação de aluno e professor, para que deixe de existir as desigualdades.

De acordo com MRECH (2003):

Os educadores acreditam que basta ensinar os conteúdos pedagógicos aos professores, para que eles possam se transformar em bons professores. O que eles não percebem é que não se trata apenas de introduzir nos cursos de formação uma mediação cognitiva de fazer os professores realizarem uma passagem onde eles descubram que não basta querer fazer. Os descompassos teoria e prática revelam que o processo de formação é bem mais sutil do que isto. Eu posso querer não conseguir fazer, posso fazer sem querer, posso fazer sem saber que faço, posso saber fazer, etc. (p. 52).

Percebemos que a formação do docente necessita ser pensada e repensada, porque não basta apenas assimilar conteúdos e não saber conduzir a prática; precisamos incorporar a aprendizagem. Nesse sentido, é fundamental que os formadores também aprendam a aprender, para construir e transmitir um conhecimento com significados.

MRECH (2003) também destaca que:

Os alunos dos cursos de formação sempre esperam que seus professores lhes dêem a resposta de como eles deverão atuar frente à sua prática. Acontece que o outro que ensina nas universidades também está incompleto. Eles também não têm as respostas que os alunos esperam. Está é uma situação bastante difícil de ser vivida por todos os profissionais da Educação. Muitas vezes quando se constata que o professor, o coordenador pedagógico, o assistente da direção, o diretor, etc. não tem as respostas que se espera inicia-se o processo de degradação dos profissionais. Ou seja, não se admite nas escolas os limites dos sujeitos. Isto porque é muito difícil os sujeitos agüentarem viver com sujeitos que estão castrados, como sujeitos que estão incompletos. Pois, a crença em Educação é no Outro absoluto, no Outro onipotente que tudo sabe que tem resposta para todas as situações. (p. 53).

Não existem respostas prontas para a prática, aprendemos na medida em que buscamos recursos para aprimorar nossos conhecimentos. Somos sujeitos em cons-

trução, ou seja, “nunca sabemos tudo, mas sabemos de tudo um pouco” e precisamos sempre nos reciclar, e reconhecer que nós podemos errar e é a partir do momento que erramos e procuramos saber o “porque” erramos que aprendemos.

WEISZ (2009) nos relata sua experiência como docente e faz um paralelo como professor iniciante de hoje, vejamos:

Acho que o professor continua chegando hoje à escola com as mesmas insuficiências com que eu cheguei em 1962. Ele acaba ganhando experiência e também algum conhecimento de natureza intuitiva, mas dependendo da formação que recebe, continua tão cego e perdido quanto eu estava. O que mudou, hoje é a maneira pela qual ele pode, se quiser, tentar resolver essa situação. (p. 16).

O professor hoje não pode permanecer de olhos fechados, muitas mudanças ocorreram na educação e sua prática dentro da sala de aula deve ser renovadora e reflexiva, deixando suas resistências de lado e acreditar na capacidade do aluno utilizando os recursos que forem necessários para que este aluno se aproprie do conhecimento. O professor não pode se acomodar, deixar sua prática estagnada no desânimo.

Segundo WEISZ (2009: 45): ”O professor que pretenda qualificar-se melhor para lidar com a aprendizagem dos alunos precisa estudar e desenvolver uma postura investigativa”. O professor que busca uma formação continuada precisa acreditar na capacidade do ser humano e criar estratégias que garantam a aprendizagem.

Com o intuito de entender a prática do professor, WEISZ (2009) também ressalta que:

Quando analisamos a prática pedagógica de qualquer professor vemos que, por trás de suas ações, há sempre um conjunto de ideias que as orienta. Mesmo quando ele não tem consciências dessas idéias, dessas concepções, dessas teorias, elas estão presentes. (p. 55).

Toda ação, o fazer do professor está embasado por uma postura política, até mesmo a recusa, a simples resolução de não se seguir nenhuma tendência teórica revela essa escolha, que sempre é política, essa “politicidade” é inerente à ação educativa.

Por outro lado, a superação da teoria empirista se faz necessária, porque durante anos e até os dias de hoje tudo o que se fez foi baseado na cópia e na imitação, sem “saber pensar”. Precisamos acabar com esta acomodação para se apropriar de um saber dinâmico, aberto às mudanças, mas isso depende da escolha de cada um.

Segundo WEISZ (2009 p. 97): “O professor precisa de recursos para compreender o que acontece com seus alunos e para poder refletir sobre a relação entre as suas propostas didáticas e as aprendizagens conquistadas por ele”.

Para desenvolver a formação do professor na escola é necessário que haja momentos de reflexão coletiva e individual, para dialogo e a reflexão. Através da troca de experiência, os professores podem mudar o rumo de sua prática destruindo os obstáculos, que às vezes por estarem tão envolvidos ficam inconscientes achando que “tudo está caminhando bem”, enquanto o aluno é prejudicado. Enfim, é necessário que o professor tenha consciência de sua prática e esses momentos de reflexão e o olhar de fora, ou seja, dos outros sujeitos que compõem o espaço escolar, como o coordenador pedagógico ou os próprios colegas, podem contribuir para o aprimoramento da prática docente.

Sobre isso WEISZ (2009) explica que:

A discussão que acontece atualmente em muitos países sobre o que deve ser a formação dos professores inclui a questão da formação permanente, que envolve um trabalho de reflexão e estudo por parte do professor-como se exige hoje, aliás, da maior parte das outras profissões. (p. 119).

As mudanças na educação exigem que as universidades também mudem; no entanto, as mesmas mostram-se defasadas quanto ao ensino e os professores recém-formados sentem-se inseguros e sem a devida preparação para atuar na prática e muito menos para lidar com as dificuldades dos alunos.

Os cursos de formação de professores precisam preparar educadores para serem pesquisadores de sua prática, aplicando seus conhecimentos de forma reflexiva e com qualidade, baseando em fundamentações teóricas que dêem sentido ao seu trabalho.

O educador é um ser em formação, não alguém formado, ao se formar, ao se graduar o processo não está acabado, mas aí se inicia um caminho contínuo. Como ser inacabado, ser que quando mais sabe percebe que, na verdade, nada sabe; o educador deve buscar constantemente para construir seu conhecimento e ter claro que sua prática pedagógica se dá com o ser humano e seu papel consiste em contribuir para que esse ser humano cresça como cidadão capaz de

atuar e participar criticamente no mundo em que vive.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação inicial do professor não é suficiente, se essa formação se paralisa, estagna, pode contribuir para a produção do fracasso escolar, quando prepara, forma um docente com uma visão "homogeneizadora", padronizada em relação ao aluno.

Ser professor-educador implica preocupar-se com todas as dimensões do processo educativo, que deve ser holístico, a fim de formar cidadãos completos e preparados para a vida em sociedade.

Verificamos através da pesquisa que formação inicial não basta, é preciso que o educador busque a formação permanente, continuada. É preciso que o educador articule teoria e prática, ambas são importantes e se complementam.

O educador não deve centrar o conhecimento em si, porque todo conhecimento construído, toda teoria deve servir para melhor compreensão do processo de aprendizagem dos alunos.

Nesse sentido, é importante que os professores busquem sua formação permanente e estejam preparados para lidar com as diferentes demandas socioculturais presentes nas escolas, planejando-se e implementando propostas pedagógicas que estejam, desde a sua concepção, comprometidas com a diversificação e flexibilização curricular, a fim de que o convívio entre as diferenças possa ser de fato, um exercício cotidiano, no qual ritmos e estilos de aprendizagem sejam respeitados e a prática da avaliação seja concebida numa perspectiva dialógica.

Isso significa envolver a co-participação de aluno e professor, em relação ao conhecimento que se deseja incorporar e com isto partido para construção do conhecimento.

Concluímos, portanto, que a formação docente contribui para o desenvolvimento de aprendizagens significativas nas práticas educativas, bem como, a busca pelo aperfeiçoamento constrói novos conhecimentos, esses por sua vez, contribuem para a compreensão sobre o tempo de aprendizagem dos alunos e seu pleno desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 5.692/71. Brasília, MEC, 1971.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Introdução. Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

GATTI, B. A., BARRETTO, E.S.S. Professores: aspectos de sua profissionalização, formação e valorização social. Relatório de Pesquisa, DF: UNESCO, 2009.

GATTI, Bernadete A. Formação de professores e carreira: Problemas e movimentos de renovação. 2ª ed. São Paulo. Autores Associados. 2000.

MRECH, Leny. Psicanálise e Educação: novos operadores de leitura. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

WEISZ, Telma. O diálogo entre o ensino e a aprendizagem/Telma Weisz: Com Ana Sanchez. - 2º ed. - São Paulo: Ática, 2009.